

**ATA DA XVI REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO
SOBRE O PROCESSO DE REABERTURA DA RODOVIA BR-319**

No dia 8 de julho de 2019, por volta de 10h:15m, na Câmara Municipal do município de Careiro (Castanho), foi realizada a **XVI Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Discussão Sobre o Processo de Reabertura da Rodovia BR-319**, tendo a mesa sido composta pelo Dr. Rafael da Silva Rocha (Procurador da República), Dra. Michèle Diz Y Gil Corbi (Procuradora da República), Nathan Macedo (Prefeito de Careiro), Giuliano Piotto (SEMA), Carlos Eduardo (DNIT) e com a participação das pessoas constantes na lista em anexo. Segue registro fotográfico:



A audiência foi aberta pelo Presidente da Câmara, Sr. Euclides Bandaham Macedo, seguindo-se com as demais apresentações e praxe protocolar, com posterior pronunciamento do Prefeito do Município, Sr. Nathan Macedo, sendo finalizada com a

cessão da palavra para o Dr. Rafael Rocha.

Aberta a reunião pelo **Dr. Rafael da Silva Rocha**, Procurador da República, na condição de moderador do Fórum, saudou a todos os presentes, agradeceu a participação de todos e passou a palavra à Dra. Michele para que explicasse sobre os trabalhos desenvolvidos pelo MPF durante a estadia da equipe no Município, especialmente o retorno do Projeto MPF na comunidade, esclarecendo que serão realizadas diligências para verificar a prestação dos serviços públicos e problemas enfrentados pelos moradores.

O Dr. Rafael explicou a finalidade de Fórum. Em seguida, esclareceu que a reunião se desenvolverá com a seguinte pauta: 1º) assinar carta aberta sobre a repavimentação da BR-319; 2º) uso da palavra pelas instituições signatárias para considerações a respeito do documento; 3º) abertura de inscrições para manifestação, concedendo-se 3 minutos para cada participante; 4º) considerações finais e encaminhamentos.

1º) Assinatura da Carta

Sobre a carta aberta, o Dr. Rafael destacou questões importantes sobre o conteúdo e divergências existentes a respeito do documento, especialmente sobre o **segmento “c” (km 157,8 a km 250 – obras de pavimentação/reconstrução)**, esclarecendo que a atuação do Fórum é essencial para construção de uma solução para a BR-319, não substituindo o poder público na execução das suas atribuições. Após, fez a leitura integral da carta, que consta em anexo, a fim de dar a devida publicidade.

A Sra. Renê Veiga apresentou sugestão de emenda ao penúltimo parágrafo da Carta *“em acréscimo de modo a disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, nos moldes do art. 15 da Lei 9985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as instituições signatárias também se manifestam no sentido de apoiar a criação de duas APAs (APA Tupana e APA Castanho), pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, uma em cada margem da rodovia, excetuando-se apenas o eixo principal e as faixas de domínio e non aedificandi”*.

A respeito do adendo, o Dr. Rafael deixou claro que o texto apresentado não

invalidaria os termos consignados na carta, que esteve disponível para os participantes do Fórum se manifestarem pelo período de 30 dias. Ressaltou que o texto apresentado na carta partiu da construção das manifestações das instituições envolvidas.

O Sr. Macedo destacou o receio que a APA a ser criada ocasionasse sobreposição ao trecho da BR que já está licenciado.

O Dr. Rafael destacou que a questão constará em ata.

O Sr. Flávio Cândido (OAB) explicou a preocupação apresentada pelo Sr. Macedo, citando haver decisões judiciais a respeito do tema no Estado de Santa Catarina.

O Sr. Marcos Maurício (OAB) iniciou sua fala elogiando o texto apresentado, esclarecendo que desde 2007 já podiam ter sido tomadas providências por parte do Governo, contudo, persistem as dificuldades na execução e melhoria da BR. Salientou a dificuldade de deslocamento, mesmo em trechos em que já há licenciamento. Acrescenta a necessidade de ações concretas, acionando-se a UNIÃO, mesmo que judicialmente, especialmente quanto ao lote c. Sugeriu que a carta seja denominada **“manifesto do careiro castanho de 8 de julho de 2019”**, tendo em vista a repercussão nacional e internacional sobre a questão. Salientou que as medidas e providências tomadas devam estar muito bem delineadas. Sugeriu que “o eixo da rodovia, faixa de domínio e non aedificandi estivessem fora das áreas (APAs) a serem criadas”.

O Sr. Kleber Bechara, SEMA, manifestou que não há problema quanto à faixa de domínio proposta anteriormente, destacando não haver intenção de adentrar área de competência do DNIT, e asseverando que a preocupação da Secretaria é que a ocupação do território aconteça de forma ordenada e sustentável. Ressaltou que a criação de 2 APAs demanda esforço duplicado junto ao poder público, sugerindo que seja feita 1 APA conectando seus lados por algum elo de ligação entre as duas áreas.

O Sr. André Marcilio (Associação dos amigos e defensores da BR-319) acrescentou que o eixo da BR-319 não deveria estar na área da APA.

A Sra. Renê reiterou as ressalvas já mencionadas, ou seja, a exclusão das áreas mencionadas.

O Sr. Macedo alegou que não há entrave do ponto de vista do licenciamento ambiental para uma imediata solução por meio de obras de engenharia. Fez ponderações sobre a criação de APA. Reiterou que a discussão deve-se partir do fato de já haver licenciamento ambiental.

O Dr. Rafael explicou que o texto apresentado nessa data é fruto de manifestações (ou não) das partes envolvidas, que ficou sob discussão pelo prazo de 30 dias, desde a última reunião. Esclareceu que a alteração da carta demandaria o acionamento das partes que já apresentaram manifestação.

O Sr. Macedo propôs a manutenção dos termos apresentados na carta, consignando, assim, o seu recuo do posicionamento apresentado anteriormente e dando-se continuidade aos debates,

Ficou estabelecido e consignado, em comum acordo, que haverá assinatura da carta.

O Dr. Rafael esclareceu que, após a assinatura da carta, haverá a disposição de 5 minutos para que os representantes das instituições signatárias façam suas considerações.

Entre 11:15 e 11:25, foi feita a assinatura.

2º) Uso da palavra pelas instituições após a assinatura da Carta

A Sra. Nilda Castro fez ponderações sobre a importância da Carta, especialmente por ser moradora da área afetada (Igapó-Acú).

O Sr. Flávio Cândido (OAB), destacando sua relação com a tema BR-319, defendeu que esta não é vetor da destruição, acrescentando a atual precariedade na

prestação de serviços públicos básicos, por falta de estrutura na BR. Citou problemas com a atual falta de controle fazendário e fiscalizatório, principalmente quanto ao peso das cargas dos caminhões. Alegou que há caminhões que trafegam com mais de 60 Ton quando o máximo permitido pela estrutura da estrada é de cerca de 7,5 Ton.

A Sra. Maria Francenilda, SEAS, reconhecendo a importância do Fórum como espaço de discussão, ressaltou que os grandes empreendimentos na Amazônia historicamente têm trazido impactos negativos à população e que a Secretaria está disponível para a construção de medidas necessárias para o combate desses efeitos decorrentes da abertura da estrada.

A Sra. Renée Veiga (Federação das Indústrias), destacando o interesse da entidade na questão, entre outros assuntos, para escoamento da produção, ficou à disposição para o fortalecimento da causa. Informou que pleiteia junto aos órgãos de licenciamento soluções para os impasses existentes.

O Sr. André esclareceu que a organização foi criada para defesa da BR-319, alegando a necessidade de superação do posicionamento a respeito do assunto (impactos negativos), uma vez que o que se pleiteia atualmente é a repavimentação da estrada, alegando não haver espaço para discussão sobre eventuais impactos, pois estes já teriam ocorrido. Chamou à responsabilidade a Prefeitura do Município no que diz respeito a governança da BR-319, devendo a municipalidade responsabilizar-se pelas providências necessárias. Salientou sobre a necessidade de comunhão de todos os envolvidos (principalmente poder executivo e legislativo).

O Sr. Afonso Lins (CREA), rememorando sua infância, destacou que a BR-319 já esteve, outrora, totalmente asfaltada. Destacou que os trabalhos na BR não são fáceis, tampouco, possuem preço baixo para sua execução. Salientou que atualmente a BR já possui melhor estrutura se comparada há poucos anos, sendo fruto de diversas medidas e inúmeros impasses para tanto. Destacou que o momento atual, em que há menos obices quanto aos licenciamentos ambientais, é propício para a solução da questão.

O Sr. Giuliano Piotto, SEMA, apontou a realidade geográfica do Estado do Amazonas, destacando que a solução das questões que envolvem a BR propiciará a maior extensão dos serviços públicos básicos para um maior número de pessoas. Por fim, enalteceu o trabalho dos gestores das unidades de conservação.

II. Palestra

Foi aberto espaço para que o Sr. Kleber Pechara fizesse apresentação, por meio de slides, a respeito da eventual criação da APA Tupana.

3º) abertura de inscrições e manifestação da plenária

O Sr. Vanildo, CIMI, manifestou-se defendendo que a Carta apresentada estaria mais preocupada com a obra em si, do que com seus impactos, esclarecendo que seria necessário avaliar os impactos ocasionados. Salientou a necessidade de apresentação de dados concretos e imagens para melhor avaliação (especialmente em relação ao desmatamento). Apresentou preocupação com eventual plano de manejo na APA a ser criada, uma vez que, por muitas vezes, é utilizada como subterfúgio para o cometimento de ilegalidades.

O Sr. Macedo, inicialmente, alegou preocupação com a temática apresentada pelo Sr. Vanildo. Apresentou preocupação em relação a ausência do IBAMA e destacou a necessidade de soluções quanto ao processo que tramita na justiça federal a respeito das comunidades tradicionais. Alegou que hoje o maior impacto ambiental seria a não solução da BR, tendo em vista possíveis reflexos decorrentes das crescentes demandas de Manaus.

A Sra. Fran Araújo, Casa do Rio, apresentou preocupação com os impactos ocasionados pela obra, especialmente quanto aos rios e nascentes, uma vez que qualquer intervenção pode gerar prejuízos em locais distantes, afetando ribeirinhos de locais longíquos.

A Sra. Edilise Costa, como moradora, apresentou preocupação com o fato de pessoas de fora de Careiro tomarem decisões que impactam a vida dos moradores da cidade. Salientou a divergência existente a respeito dos deveres e obrigações por parte do Estado e a falta de contraprestação à população. Destacou a ausência de serviços básicos (segurança, saúde, educação, transporte) para a população e as dificuldades enfrentadas.

O Sr. André, elogiando a Sra. Edilise, solicitou que o Fórum provocasse a Embratel para que prestasse esclarecimentos sobre o fim do Programa GESAC. Salientou o apoio de parlamentares estaduais na questão. Trouxe à baila o fato de ter havidos explosões na BR e a ausência de providências por parte das autoridades responsáveis. Destacou que a falta de infraestrutura já ocasionou diversos óbitos e dificuldades por conta da falta de prestação de serviços públicos de saúde.

O Sr. Luiz destacou as dificuldades enfrentadas pela população, relacionadas à ausência de serviços públicos de saúde, educação, transporte. Indagou sobre a falta de resultados concretos diante do alto volume de recursos públicos repassados.

O Sr. Lindemberg Feitoza destacou que a repavimentação da BR é uma necessidade. Ponderou sobre a interferência de organismos internacionais, sob a justificativa de preservação. Sugeriu que houvesse uma maior interação entre os órgãos para melhor prestação dos serviços públicos. Teceu comentários sobre a caça e pesca predatórias e como poderia haver interlocução entre os atores envolvidos.

A Sra. Ângela Gadelha, moradora do PA Panelão, informou que o assentamento possui diversas dificuldades, que vão desde problemas com a mobilidade até problemas com escolas e com o transporte escolar. Cobrou providências por parte do INCRA. Salientou que no período chuvoso não se consegue fazer o escoamento da produção por conta da precariedade do ramal.

O Sr. Wilson apresentou preocupação com os alunos e moradores da comunidade PA Panelão por falta de estrutura na BR, deixando transparecer suas expectativas com a repavimentação da estrada.

O Padre Higino teceu comentários sobre o trabalho assistencial realizado pelo Igreja Católica e pelo CIMI na região.

4º) Considerações Finais e encaminhamentos

O Sr. Carlos Eduardo manifestou-se, agradecendo os trabalhos realizados e salientando os esforços para concluir os procedimentos referente ao lote c até o final do ano, para que as obras sejam realizadas no 1º semestre do ano que vem. Apresentou preocupação com a pesagem dos veículos que trafegam na estrada, alegando que já possui tratativas com a SEFAZ e outras providências, inclusive, com a colaboração de outros órgãos. Destacou que há estudos para colocação da balança no início da BR-319, com possível apoio da Polícia Rodoviária Federal.

O Sr. Giulino Piotto deixou claro que a gestão estadual é favorável à repavimentação da estrada, havendo providências quanto a recursos da ordem de R\$ 60 milhões, junto à SUDAM, tendo recentemente tomado ciência que o projeto apresentado foi aprovado na 1º fase.

O Dr. Rafael finalizou a reunião alertando da importância do Fórum para construção do diálogo. Ressaltou a fala do Sr. Vanildo quanto às obras e os impactos, ressaltando, na qualidade de moderador, a finalidade do espaço que é pluralidade de ideias. Sobre eventual ação judicial, esclareceu que o Dr. Fernando Merloto é responsável pela questão das comunidades tradicionais. Esclareceu que o posicionamento do DNIT é pela desnecessidade da consulta prevista na convenção 169/OIT, enquanto o MPF entende que é condição necessária. Explicou sobre as questões que envolvem o processo de consulta prévia e sua importância na construção de soluções para a questão.

O Sr. Macedo esclareceu que não há óbice do DNIT em cumprir a consulta prévia, destacando que o processo de licenciamento ambiental ordinário também possui procedimento para consulta prévia das populações envolvidas.

O Dr. Rafael salientou que, no decorrer do Fórum, ficaram evidentes os problemas relacionados à escoação da produção dos produtores rurais. Destacou a possibilidade da existência de impactos, que poderão se dar em diversas perspectivas. Acrescentou que a solução, dificilmente, será possível com ação de órgãos de forma isolada, sendo, portanto, necessária a articulação entre os atores envolvidos para o fortalecimento da governança.

O Dr. Flávio ressaltou que a OAB já se pôs à disposição do DNIT para colaborar na construção de soluções.

O Sr. Vanildo fez ponderações sobre a Carta, especificamente sobre a “inexistência de qualquer óbice para a realização das melhorias necessárias”. Acrescenta que tal afirmativa não se coadunaria com a realidade, uma vez que existem problemas com a logística e com a qualidade dos materiais utilizados na obra.

O Dr. Rafael agradeceu à Câmara Municipal de Careiro, na pessoa de seu Presidente, pela cessão do espaço e servidores para realização do evento.

O Presidente da Câmara encerrou o evento às 13h:25m.

Tendo a reunião contado com cerca de 120 pessoas e nada mais havendo a ser registrado, o Fórum foi finalizado, e eu, Leandro Martins de Oliveira, servidor do Ministério Público Federal, matrícula 27.559, Assessor Nível II, registrei a ata.

(Assinatura eletrônica)

RAFAEL DA SILVA ROCHA

Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-AM-00035542/2019 ATA**

Signatário(a): **LEANDRO MARTINS DE OLIVEIRA**

Data e Hora: **16/07/2019 18:02:02**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RAFAEL DA SILVA ROCHA**

Data e Hora: **16/07/2019 22:13:21**

Assinado com certificado digital

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 68F99BB7.9667F7D6.2350FB2A.C96DDDD5